

A Inadimplência Empresarial em Instituições Bancárias: um Estudo de Caso em Cobrança Terceirizada

Gisele Patricia Becker

Especialista em Finanças Empresariais e Controladoria pela URI¹
gisele.becker67@gmail.com

Rosane Maria Seibert

Doutoranda em Ciências Contábeis pela UNISINOS²
Professora do PPG Mestrado Profissional em Gestão Estratégica das Organizações e dos Cursos de Graduação de Ciências Contábeis e de Administração da URI¹
rseibert@santoangelo.uri.br

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela UNISC³
Professora do PPG Mestrado Profissional em Gestão Estratégica das Organizações e dos Cursos de Graduação de Ciências Contábeis e de Administração da URI¹
bwbatuba@santoangelo.uri.br

Neusa Maria da Costa Gonçalves Salla

Doutora em Administração e Contabilidade pela FURB⁴
Professora do PPG Mestrado Profissional em Gestão Estratégica das Organizações e dos Cursos de Graduação de Ciências Contábeis e de Administração da URI¹
Neusalla@santoangelo.uri.br

Resumo

O artigo analisa o comportamento da inadimplência de empresas gaúchas em duas instituições bancárias que terceirizam a cobrança. A teoria sugere conflito de agência entre devedores e credores e necessidade de respeitar uma hierarquia e um *trade-off* entre as fontes de financiamento, para assegurar a sustentabilidade econômica e financeira, porém, a restrição financeira dessas organizações sugere violação desses princípios. Os dados foram coletados em documentos e tratados com estatística descritiva e análise de conteúdo. As empresas em cobrança no primeiro

semestre de 2013 foram analisadas. Elas foram classificadas por setor econômico, tempo inadimplente e tipo de operação inadimplente. Os resultados revelam políticas diferenciadas de cobrança entre os bancos pelas disparidades na concentração da inadimplência ao longo do tempo. Os maiores índices de inadimplência foram observados nos setores do comércio e indústria de transformação, e quanto ao tipo de operação pendente, os financiamentos de capital de giro foram os mais expressivos.

Palavras-chave: Análise de Crédito; cobrança terceirizada; inadimplência; restrição financeira, tipos de financiamentos.

Abstract

The article analyzes the behavior of the default of local companies in two banks that outsource the collection. The theory suggests agency conflict between debtors and creditors and the need to respect a hierarchy and a trade-off between funding sources to ensure the economic and financial sustainability, however, the financial constraint of these organizations suggests violation of these principles. The data were collected from documents and treated which descriptive statistics and content analysis. The companies in collection in the first half of 2013 were analyzed. They were classified by economic sector, default time and default type of operation. The results reveal different charging policies between banks, by differences in the concentration of defaults over time. The higher default rates were observed in the sectors of trade and manufacturing, and the type of pending operation, financing working capital were the most expressive.

Keywords: Credit Analysis; outsourced collecting; default; financial constraint, types of financing.

1. Introdução

Estabelecer-se no mercado, atuar eficientemente, conquistar clientes, vender produtos e serviços com o intuito de resultados econômicos e financeiros positivos, é provavelmente, o objetivo principal da maioria das organizações.

1 URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - CEP 99709-980 - Fátima, Erechim - RS

2 UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - CEP 93022-000 - São Leopoldo RS

3 UNISC – Universidade da Santa Cruz do Sul - CEP 95555-000 - Capão da Canoa - RS

4 FURB – Universidade Regional de Blumenau - CEP 89012-900 - Blumenau - SC

Contudo, este processo muitas vezes requer recursos que não se encontram facilmente disponível, nem dentro e nem fora das organizações. Nesse sentido, quando da busca por fontes de financiamento para os investimentos, se faz necessário observar o que preconizam as teorias de *pecking order* que sugere uma hierarquização nas fontes de financiamento (MYERS, 1984; MYERS E MAJLUF, 1984) e do *trade-off* que sugere um ponto de corte entre as fontes de capital próprio e de terceiros (KRAUS e LITZENBERGER, 1973) para evitar problemas futuros de restrições financeiras.

Quando a organização não tem recursos para as suas oportunidades de investimento, o crédito bancário se apresenta como forte aliado para o desenvolvimento organizacional sendo ofertado sob várias modalidades dentro do mercado financeiro. Nesta perspectiva, as instituições financiadoras podem ser abordadas por todos os tipos de tomadores de crédito. Para a instituição financeira, a concessão de crédito tem o risco do não cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador, ora por motivos de ordem interna da organização ora por variáveis externas que se refletem sobre as condições do devedor, que não conseguem cumprir os contratos assumidos gerando índices de inadimplência a serem gerenciados. Uma forma de gestão da inadimplência dos clientes das instituições financeiras é por meio da terceirização dos serviços de cobrança.

Neste contexto, vislumbrou-se a necessidade de analisar o comportamento da inadimplência por parte de clientes da carteira pessoa jurídica de duas instituições bancárias atuantes no estado do Rio Grande do Sul, doravante denominadas instituições A e B, que terceirizam a cobrança dessa carteira para uma mesma assessoria. As informações necessárias para a realização do estudo estão limitadas ao banco de dados da assessoria de cobrança terceirizada, especializada na recuperação extrajudicial de ativos. Vale acrescentar, que é prática muito comum no setor bancário a terceirização das dívidas para cobrança em empresas especializadas. Considerando-se o primeiro semestre de ano de 2013 o estudo visa verificar os níveis de inadimplência empresarial por setor econômico, região geográfica de atuação, tipo de operação em débito bem como pelo tempo de inadimplemento.

Na sequência esse artigo aborda alguns fundamentos teóricos, a metodologia empregada na pesquisa, os resultados e as discussões sobre eles, finalizando com as considerações finais e as referências utilizadas na pesquisa.

2. Revisão da literatura

Segundo a teoria de *pecking order* (MYERS, 1984; MYERS; MAJLUF, 1984) as empresas deveriam preferir fontes internas de financiamento, como a retenção de lucros e se precisassem de fontes externas de financiamento para os seus investimentos, deveriam preferir emitir dívidas do que buscar novos sócios. A informação emitida pela empresa quando da busca por dívidas poderia sinalizar positivamente ao mercado, como oportunidade de crescimento identificada e capacidade de financiamento. Essa teoria é bastante conservadora ao sugerir investimentos planejados a partir, primeiro da retenção dos resultados da própria empresa, considerando que a emissão de novas dívidas e ou novos sócios, pode ser arriscado para a estrutura patrimonial da empresa.

A teoria de *trade-off* (KRAUS e LITZENBERGER, 1973) busca a estrutura ótima de capital das organizações que é alcançada quando a vantagem tributária advinda do pagamento de juros dos financiamentos é balanceada com a margem de lucro das empresas, ou seja, há um ponto de reversão na tomada de decisão econômica nas fontes de financiamento, que é aquele em que o percentual dos juros passa a ser maior do que o percentual do retorno dos proprietários. Outra decisão a considerar para a estrutura de capital é relativa ao ponto de corte onde a empresa não entra em situação de restrição financeira. Isso significa que a gestão de alocação dos recursos deve ser feita eficientemente para não comprometer a continuidade das empresas (WURGLER, 2000). A alavancagem financeira é benéfica somente até certo ponto (FAULKENDER e PETERSEN, 2006).

Outro princípio importante a considerar na relação do fornecedor e do tomador de recursos financeiros é o conflito de interesses que pode advir dessa relação, gerando custos de agência (JENSEN e MECKLING, 1976). Certamente o emprestador que ter garantido os seus direitos de receber o recurso mais os juros cobrados, enquanto o tomador do empréstimo quer manter a liberdade de gestão sobre os seus negócios, mesmo que isso signifique mais risco para o emprestador. Esse conflito pode ser minimizado por meio de mecanismos de controle do emprestador com cláusulas contratuais restritivas. As fricções, como a assimetria da informação e os conflitos de agência entre o tomador e o emprestador, podem gerar tanto aumento dos custos dos fundos externos, em relação aos fundos gerados internamente, como podem levar ao racionamento de crédito (STIGLITZ e WEISS, 1981), o que caracterizaria as organizações como em restrição financeira (PORTAL, ZANI e SILVA, 2012).

Os princípios dessas teorias deveriam ser considerados por empresas de qualquer tamanho e em qualquer ramo de atividade, assim como pelas instituições financeiras. A seguir discute-se a teoria mais específica utilizada na pesquisa.

2.1 O Crédito

O crédito é um instrumento da política financeira a ser utilizado por empresas e bancos comerciais na venda de seus produtos, como por exemplo, na concessão de empréstimos, financiamentos ou fianças (PEREIRA, 2000). O crédito refere-se à troca de um valor presente por uma promessa de pagamento futuro, não certo, devido ao fator de risco (SANTOS, 2011),

O crédito tem a função de captar recursos junto a agentes econômicos com posição orçamentária superavitária para suprir as necessidades de financiamento dos agentes com posição deficitária. Desta forma, se faz necessária à análise da capacidade de pagamento do tomador para assegurar ao depositante o retorno dos recursos e, nesse caso a assimetria da informação pode ser um complicador nas transações (WILLIAMSON, 1985). Esta intermediação financeira é a principal atividade de um banco, pois emprestar dinheiro e financiar a aquisição de bens é a sua principal fonte de renda (SILVA, 2008).

A política de crédito adotada por uma empresa reflete as necessidades ou sobras de recursos, funcionando como um mecanismo de crédito comercial (FABBRI e MENECHINI,

2010). Desta forma, conforme evidenciado por Jesus et al. (2011), o crédito influencia diretamente a economia de um país, pois devido à flexibilização da oferta da moeda regula-se seu consumo tanto no nível de empresas, pessoas físicas e também governo. Através do crédito pode-se estimar o crescimento da economia, se sua oferta for sem parâmetros pode prejudicar o desenvolvimento, porém quando usado de forma adequada pode alavancar o crescimento e desenvolvimento da economia.

Quando se fala em crédito bancário para pessoa jurídica, percebe-se divisão em três tipos (MAIA, 2007). Primeiramente tem-se o crédito para cobertura de liquidez, operações que são veiculadas ao *overnight*, caracterizadas pelo curtíssimo prazo como o *hot-money*. Por conseguinte, observa-se o crédito para operações comerciais propriamente ditas, para financiamento de operações cíclicas da empresa caracterizadas pelo curto e médio prazo como as operações de capital de giro. Já o crédito para investimentos voltado ao financiamento de ativos fixos e caracterizado pelo médio e longo prazos e necessidade permanente de capital de giro.

2.2 Análise de Crédito

Remonta à revolução industrial a atuação dos bancos como intermediários financeiros, sendo que a massificação de empréstimos os levou a padronizarem as análises exigindo dos tomadores demonstrativos financeiros que comprovassem sua capacidade de pagamento (JESUS et al., 2011), no intuito de minimizar a assimetria da informação na análise de crédito.

Essencial às instituições financeiras a análise de crédito possibilita avaliar os riscos das operações, a capacidade de pagamento do tomador e verificar a melhor linha de crédito para cada demanda. Logo, o objetivo da análise é chegar a uma decisão a partir de uma avaliação das informações. A confiabilidade na concessão do crédito dependerá da qualidade e detalhamento das informações bem como de sua avaliação no contexto econômico em constante mutação (JESUS et al., 2011).

Santos (2011) afirma que as informações necessárias para a análise subjetiva da capacidade financeira dos tomadores de crédito relacionam-se através dos “Cs” do Crédito: caráter, capacidade, capital, colateral e condições. O caráter refere-se à idoneidade do cliente no mercado de crédito. Desta forma é essencial que o analista tenha informações históricas internas e externas do tomador de crédito. Enquanto informações internas entendem-se registros de pontualidade, atrasos, renegociações entre outros. Já as informações externas, referem-se a cheques devolvidos, protestos, falências requeridas entre outros. A capacidade refere-se à habilidade de converter negócios em receita. O capital é medido pela situação financeira do cliente, onde os recursos estão aplicados, como foram financiados. Para o C de colateral tem-se as garantias que o cliente pode oferecer como fator de inibição da inadimplência. Por último, as condições relacionam-se à sensibilidade sobre a capacidade de pagamento do tomador de crédito tendo em vista ocorrências adversas externas como crises econômicas, aumento nas taxas de juros, entre outras.

Cada instituição tem liberdade na criação de normas para a análise de crédito. Silva (2008) repassa uma relação

com exemplos de documentos que podem compor o processo de crédito, entre eles: contrato social e alterações; ficha cadastral; demonstrações financeiras; planilhas de análise contendo relatório com indicadores financeiros, evolução do patrimônio líquido, fluxo de caixa, entre outros; relatório da análise de crédito feita internamente; pesquisa de restrições; e projeto de investimento: que caracteriza o negócio proposto, bem como informações das operações pré-existentes.

2.3 Risco de Crédito

A cada empréstimo ou financiamento que um banco concede está assumindo o risco de não receber. As razões que levam o cliente ao não cumprimento do contrato assumido pode estar relacionado com seu caráter, sua capacidade de gerir o próprio negócio, ou ainda a fatores externos adversos. A boa qualidade da carteira de crédito do banco é um fator de segurança para seus acionistas e depositantes (SILVA, 2008). Muiambo (2011) alerta que o risco de crédito está presente para credores e devedores nas mais diversas situações, elevando a necessidade de gestão de maneira que não prejudique os resultados futuros.

O maior desafio de um profissional que comanda a área de risco de crédito é ajustar a política de financiamento unindo ferramentas estatísticas e computacionais, particularidades regionais e metas de venda ou cobrança. Apesar da dificuldade de criar e controlar, quanto mais ajustada à realidade da instituição for a política de crédito mais eficiente será na manutenção da carteira de clientes e na minimização da inadimplência (BIASOLI, 2013, p. 52).

No mercado de crédito bancário, o Banco Central do Brasil criou uma classificação preventiva dos clientes em nove níveis através da Resolução n.º 2682. Esta escala de risco vai de AA, com 0,00% de provisionamento, ou seja, clientes de baixíssimo risco, até H que se refere a pior exposição ao risco, ou seja créditos não recebidos mesmo com todos os esforços de cobrança. O objetivo do Banco Central é contribuir com as instituições para a seleção de clientes de baixo risco, possibilitando a cobrança de juros compatíveis ao nível de risco assumido (SANTOS, 2011).

Na avaliação do risco o analista precisa considerar fatores internos e externos. Os principais riscos de ordem interna à organização podem ser a existência de profissionais desqualificados, controles inadequados para medir o risco, ausência de modelos estatísticos e concentração de crédito em grupos de clientes com alto risco. Já os fatores externos são de natureza macroeconômica, diretamente ligada com a capacidade de pagamento das empresas no mercado de crédito. Fatores como concorrência, carga tributária, inflação, taxa de juros e paridade cambial são de ordem econômica e estão diretamente relacionados com a liquidez das empresas. (MAIA, 2007; SANTOS, 2011). Outros fatores climáticos e assuntos ligados à ecologia, variáveis políticas como segurança pública, políticas de privatização e estatização e políticas de relações externas, além de variáveis psicossociais como a moda, nível de alfabetização e escolaridade, hábitos culturais e variáveis tecnológicas também podem aumentar o risco na concessão de crédito (MAIA, op. cit.). Através desta extensa lista conclui-se

que quanto mais tópicos forem considerados na análise de crédito maiores são a possibilidade de minimização da assimetria da informação e conseqüentemente, do risco de crédito. Finalizando Biasoli (2013) afirma que existem várias ferramentas estatísticas consolidadas no mercado para diminuir o risco de crédito, mas cada instituição precisa ajustá-la a sua necessidade o que exige além de profissionais habilitados, conhecimento do público alvo da instituição e o histórico de inadimplência da mesma.

2.4 A Inadimplência e a Cobrança

A inadimplência consiste no descumprimento de um contrato por parte do devedor que acarrete alteração do montante (quanto) ou do momento (quando) em que o pagamento é (eventualmente) feito ao credor (CIA, 2010). Logo, um título é considerado inadimplente quando não há pagamento do valor total ou dos juros, quando o pagamento é feito após o vencimento, ou a empresa devedora pede concordata ou tem sua falência decretada.

Biasoli (op. cit.) descreve em seu estudo o quão facilitado tem sido obter crédito no atual momento econômico brasileiro, tanto em instituições financeiras quanto em lojas de varejo, sendo a oferta divulgada em larga escala. Souza et al. (2013) argumentam que o Brasil passou recentemente por um grande período de estabilidade financeira que vem auxiliando o desenvolvimento da economia e aprofundando relações mercadológicas. Considerando o exposto pelos autores pode-se visualizar um cenário positivista que viabiliza investimentos que vislumbram desenvolvimento.

Como ao conceder crédito o financiador é exposto ao risco da inadimplência e aos prejuízos oriundos do não pagamento das dívidas por parte de seus clientes Santos (2011) orienta que a partir da concessão do crédito haja o

monitoramento do comportamento do cliente. Este monitoramento deverá realizar averiguações constantes no ambiente interno e externo em busca de verificar se ocorreram atrasos, restrições, protestos que imitam sinais de risco que possam tornar clientes idôneos em inadimplentes, ou seja, o processo de cobrança se inicia logo após a concessão de crédito (JONES, 2012).

A política de crédito da instituição credora, a situação financeira dos clientes e a eficiência dos serviços de cobrança são fatores determinantes para o recebimento de valores em crédito (IUDICIBUS, 2010). Para tanto, se faz necessário que uma carteira de crédito tenha políticas de cobrança bem definidas e administradas adequadamente incorporando procedimentos para a recuperação do crédito, incluindo o acionamento do avalista e ou cobranças judiciais, se necessário (LEMES JÚNIOR et al., 2002; SANTOS, 2011).

Sabe-se que mesmo o crédito tendo sido concedido cercado de precauções e análise minuciosa, o inadimplemento pode ocorrer. Faz-se necessário então o estudo que verifique os fatores causadores da inadimplência bem como a melhor maneira de solucionar o problema. Para Blatt (1999) todas as instituições têm clientes problemáticos, tanto o que se apresenta como pagador lento, como o outro que passa por dificuldades financeiras e tem problemas para solucionar seu inadimplemento. Ser empático com o cliente inadimplente é fundamental para conduzir qualquer negociação. A cobrança bem aplicada facilita a relação entre credor e devedor e agiliza o adimplemento que garante o retorno do capital ao mercado, condição necessária para a eficiência do ciclo de intermediação financeira.

2.5 Alguns Estudos Empíricos

A seguir apresenta-se alguns estudos realizados sobre a inadimplência no Brasil.

Quadro 1: Estudos empíricos sobre inadimplência no Brasil

Autores / Ano	Objetivo da Pesquisa	Principais Resultados
OREIRO, PAULA, SILVA e ONO, 2006	Aprofundar a discussão sobre a determinação do spread bancário, demonstrando a importância dos fatores macroeconômicos	A elevada volatilidade da taxa de juros e seu nível são os determinantes macroeconômicos principais do elevado spread, não permitindo o crescimento do crédito bancário no Brasil.
CAPELLETTO e CORRAR, 2008.	Desenvolver índices de risco sistêmico com variáveis contábeis e de risco para mensurar o risco sistêmico bancário.	Os indicadores mais relevantes foram a volatilidade da inadimplência, da rentabilidade e da taxa de juros e a média da rentabilidade de do risco de crédito.
ANNIBAL, 2009.	Analisar o comportamento dos índices de inadimplência bancária no Brasil.	A conclusão do estudo é que o indicador mais adequado para medir a inadimplência stricto sensu é o obtido com base no número de operações em atraso.
CAMARGOS, CAMARGOS, SILVA, SANTOS e RODRIGUES, 2010	Identificar e analisar os fatores condicionantes da inadimplência nos processos de financiamento concedidos pelo BDMG no programa GERAMINAS.	Os principais determinantes foram: Tamanho, oportunidades no mercado, setor de atividade, idade, uso dos recursos como capital de giro, experiência dos sócios, dentre outros.
SILVA, 2013.	Analisar o comportamento da inadimplência no período de 2002 a 2012 em relação à carteira de crédito das vinte maiores instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional.	Foi demonstrado que o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal estão com os menores índices de inadimplência. Os índices mais altos foram encontrados no Santander e Itaú-Unibanco.
PINTO e CORONEL, 2013.	Verificar o atual nível de endividamento e inadimplência nas capitais brasileiras, no período de 2010 a 2012.	Os resultados indicaram que há oscilação no nível de endividamento e tendências de redução entre os níveis de super endividamento e inadimplência.

continua

Autores / Ano	Objetivo da Pesquisa	Principais Resultados
S. SILVA, 2013.	Analisar a inadimplência dentro do setor de vestuário na cidade de Piumhi, Minas Gerais.	O estudo concluiu a necessidade do trabalho conjunto entre empresas e órgãos de proteção de crédito e planejar um roteiro de cobrança que seja rigorosamente seguido.
HERLING, MORITZ, SANTOS, SOARES e BACK, 2013.	Pesquisar quais os fatores que condicionam o aumento da inadimplência estudantil em uma instituição de ensino superior privada.	Constatou-se que a inadimplência tem relação com fatores pessoais, socioeconômicos, acadêmicos e institucionais. A inadimplência estudantil não está pautada exclusivamente em fatores financeiros.
FONSECA, FRANCISCO, AMARAL, BERTUCCI, 2013.	Identificar quais os fatores que determinam a inadimplência no setor comercial do município de Lagoa Dourada.	Maior risco de inadimplência para: sexo feminino, idade entre 18 e 30 anos, renda entre R\$300,00 e R\$1.000,00, dívida camê, créditos para bens de consumo, financiamento ou consórcio. Maior risco para empresas com idade entre 6 e 20 anos, faturamento entre R\$30.000,00 e R\$40.000,00, e mais de 20 anos, com faturamento superior a R\$20.000,00.

Fonte: Diversos autores.

3. Procedimentos Metodológicos

Para esse estudo propôs-se realizar uma pesquisa quantitativa e qualitativa mediante análise documental junto a uma empresa de assessoria de cobrança bancária. A metodologia da pesquisa empregada segue a tipologia de Vergara (2011), que a classifica:

- Quanto aos fins a pesquisa foi descritiva, pois se descreveu as características das empresas gaúchas inadimplentes. A pesquisa foi aplicada, pois abordou a cobrança terceirizada de duas instituições financeiras em uma empresa de assessoria de cobrança. Também foi exploratória pois explorou-se os tipos de crédito, os prazos de inadimplimento, bem como os setores da economia mais inadimplentes, sem aprofundar as razões desse inadimplimento por parte das empresas.
- Quanto aos meios: tratou-se de pesquisa, ao mesmo tempo, de investigação documental, bibliográfica e estudo de caso. Documental porque foi feito uso de documentos e relatórios não disponíveis ao público em geral por serem ferramentas de trabalho próprios das assessorias de cobranças desta natureza, mas disponibilizados à pesquisadora. Bibliográfica, pois se utilizou livros, revistas, artigos e outros materiais necessários para a revisão da literatura necessária para a sustentação da pesquisa. E, estudo de caso, porque esta pesquisa foi direcionada somente aos clientes pessoa jurídica de duas instituições bancárias atuantes no estado do Rio Grande do Sul com cobrança terceirizada numa empresa específica de assessoria de cobrança.

Para este estudo, as características da população foram clientes, pessoas jurídicas, com cadastro no banco de dados da assessoria de cobrança, correntistas dos bancos A e B no estado do Rio Grande do Sul. Foi feita a opção pelo censo para responder a problemática do estudo, logo todos os clientes pessoas jurídicas dos bancos A e B em cobrança terceirizada foram considerados. Vale acrescentar, a afirmação de Malhotra et al. (2008) onde o autor observa que o censo elimina os erros de amostragem.

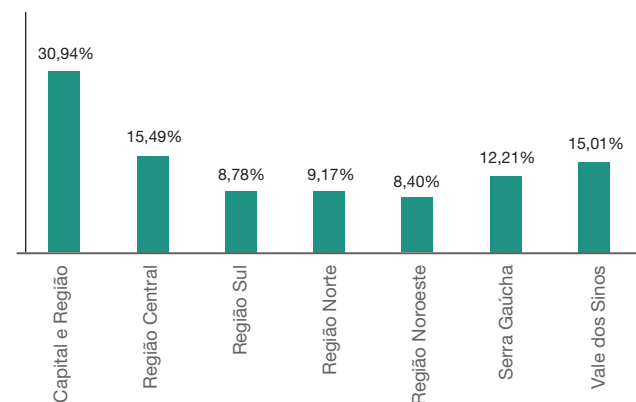
Após coletados, os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 1977) e de estatística descritiva (YAMAMOTO; 2009) através da construção de

quadros e gráficos que demonstram o comportamento das empresas inadimplentes integrantes do estudo. A população de cada região foi classificada quanto à atividade econômica exercida, usando para tanto a nomenclatura do Código Nacional de Atividade Econômica, quanto ao tipo de operação em débito: financiamentos, operações de capital de giro, antecipação de recebíveis e outros, referindo-se a cartões de crédito empresariais, limites e taxas bancárias utilizadas pelo usuário, e tempo inadimplente. Vale acrescentar, que a realização da presente pesquisa se limitou a análise do comportamento da inadimplência dos clientes pessoas jurídicas dos Bancos A e B em cobrança numa única empresa de assessoria.

4. Apresentação e Análise dos Resultados

A inadimplência tem sua ocorrência determinada por inúmeros fatores de ordem micro e macroeconômicos. Deste modo a frequência com que ocorre difere considerando-se características regionais. O presente trabalho ao objetivar o estudo da inadimplência das empresas no estado do Rio Grande do Sul com base nos dados coletados junto à carteira inadimplente de dois bancos demonstrou diferentes percentuais de ocorrência da inadimplência nas diversas regiões. O Gráfico 1 faz referência ao Banco A:

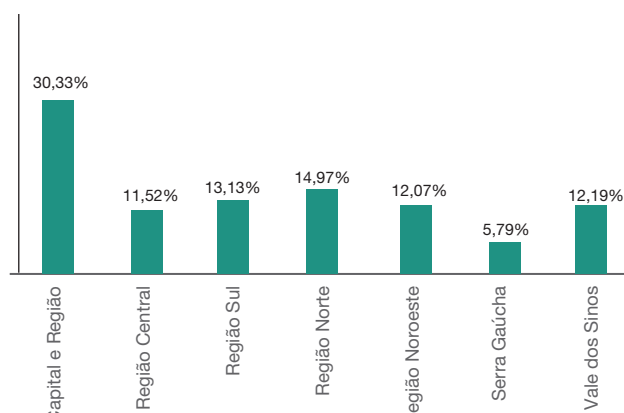
Gráfico 1: Distribuição Geográfica da Inadimplência no Banco A



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a maior concentração de inadimplência é visualizada na capital gaúcha e respectiva região metropolitana o que também ocorre no Banco B, demonstrado no Gráfico 2. O menor percentual inadimplente para o Banco A é registrado no noroeste gaúcho enquanto para o Banco B é localizado na região serrana do estado.

Gráfico 2: Distribuição Geográfica da Inadimplência Banco B



Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 2: Percentual de inadimplência nos bancos A e B, por região gaúcha

Região do Estado do RS		Metropolitana		Norte		Noroeste		Serra Gaúcha		Vale dos Sinos		Central		Sul	
		A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
ATIVIDADE ECONÔMICA / INADIMPLÊNCIA	Banco														
	Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Pesca	0.16%	0.00%	1.58%	0.37%							0.00%	0.97%	1.10%	0.00%
	Indústrias de Transformação	12.48%	7.52%	16.32%	18.96%	17.24%	15.21%	21.74%	25.96%	36.33%	26.03%	9.97%	12.08%	12.09%	7.63%
	Construção	1.87%	2.39%	2.11%	6.32%	3.45%	1.38%	6.72%	4.81%	3.22%	0.00%	2.80%	2.42%	2.20%	0.42%
	Comércio; Reparação de Veículos Automotores	56.79%	65.50%	70.00%	62.45%	50.57%	62.67%	53.75%	54.81%	42.12%	65.75%	68.22%	63.29%	68.68%	77.97%
	Transporte, Armazenagem e Correio	7.49%	1.65%	3.16%	5.20%	16.67%	6.45%	4.35%	0.96%	2.57%	0.00%	3.74%	1.93%	7.69%	3.39%
	Alojamento e Alimentação	5.30%	6.79%	3.16%	3.35%	5.17%	9.22%	6.32%	3.85%	2.57%	2.74%	9.03%	8.70%	5.49%	6.78%
	Informação e Comunicação	0.31%	1.83%	1.05%	0.00%			0.40%	0.00%	4.50%	0.91%	0.31%	0.00%	0.55%	1.27%
	Atividades Financeiras, Seguros e Serviços Relacionados	0.00%	0.18%												
	Atividades Imobiliárias	0.31%	0.00%	0.00%	0.37%										
	Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	2.18%	3.30%	0.00%	0.37%	2.30%	0.00%	0.79%	1.92%	1.29%	1.37%	0.93%	0.97%		
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	2.34%	3.30%	0.00%	0.74%	3.45%	3.23%	2.37%	5.77%	2.25%	1.83%	0.31%	1.93%	0.55%	0.85%	

continua

Região do Estado do RS		Metropolitana		Norte		Nordeste		Serra Gaúcha		Vale dos Sinos		Central		Sul	
Banco		A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
ATIVIDADE ECONÔMICA / INADIMPLÊNCIA	Artes, Cultura, Esporte e Recreação	1.56%	1.65%	0.00%	0.37%							2.49%	0.97%		
	Educação	0.00%	1.87%					0.40%	0.00%						
	Saúde Humana e Serviços Sociais	0.94%	1.65%					1.98%	0.00%	0.96%	0.46%	0.00%	0.48%	1.65%	0.00%
	Outras Atividades de Serviços	6.40%	4.22%	2.63%	1.49%	1.15%	1.84%	1.19%	1.92%	4.18%	0.46%	2.18%	6.28%	0.00%	1.69%
	Serviços Domésticos									0.00%	0.46%				
TIPO DE OPERAÇÃO	Financiamentos	9.68%	4.03%	12.63%	6.52%	18.97%	10.59%	10.67%	17.25%	7.72%	8.03%	13.04%	9.03%	15.38%	7.56%
	Operações de Capital de Giro	66.05%	72.61%	68.42%	68.43%	73.33%	59.42%	74.70%	63.25%	71.70%	61.42%	68.22%	75.04%	60.99%	81.02%
	Antecipação de Recebíveis	3.99%	8.04%	6.32%	1.98%	6.32%	12.05%	3.16%	2.07%	4.18%	6.14%	4.05%	8.02%	2.20%	0.96%
	Outras Modalidades de Crédito	20.28%	15.32%	12.63%	23.07%	11.38%	17.94%	11.46%	17.43%	16.40%	24.41%	14.33%	7.91%	21.43%	10.46%
TEMPO INADIMPLLENTE	Até 60 dias em Atraso	6.55%	2.75%	8.38%	3.72%	4.60%	1.38%	8.70%	5.77%	2.89%	3.65%	11.84%	13.04%	4.95%	5.08%
	De 61 a 180 Dias em Atraso	6.71%	7.71%	7.33%	5.58%	0.57%	9.22%	5.53%	10.58%	5.47%	11.87%	6.54%	13.53%	13.19%	15.68%
	De 181 a 360 Dias em Atraso	62.71%	14.13%	57.07%	17.10%	64.37%	20.74%	55.34%	8.65%	64.95%	15.07%	58.26%	34.30%	58.24%	21.19%
	Mais de 360 Dias em Atraso	24.02%	75.41%	27.23%	73.61%	30.46%	68.66%	30.43%	75.00%	26.69%	69.41%	23.36%	39.13%	23.63%	58.05%

Fonte: Dados da pesquisa.

4.1 A Inadimplência nas Diversas Regiões Gaúchas

Nesse tópico trata-se da inadimplência relativa a cada região geográfica do estado do Rio Grande do Sul.

Com relação às empresas inadimplentes da região metropolitana observa-se que os setores que apresentam maior participação no montante inadimplente no Banco A é o comércio (56,79%) seguido pelas indústrias de transformação (12,48%) e transportes (7,49%). Já no Banco B visualiza-se concentração acentuada também no comércio (65,50%), indústria de transformação (7,52%) e alojamento e alimentação (6,79%). Em ambos os bancos as operações de capital de giro prevaleceram com maior percentual inadimplente, 66,05% e 72,61%, respectivamente. Quanto ao tempo inadimplente o Banco A possui maior percentual de endividamento no período de até sessenta dias de atraso (6,55%) em relação ao Banco B, no qual essa faixa não representa 3% do total inadimplente. Observa-se que no Banco A a inadimplência no período compreendido entre 181 a 360

dias é de aproximadamente 63% vindo a diminuir para menos de 25% após o período de um ano o que sugere a efetividade da recuperação de valores neste período. Situação esta que não se observa para o Banco B pois ele apresenta menos de 15% de inadimplência no período entre 181 a 360 dias, porém para período superior a 361 dias apresenta 75,41% do total inadimplente o que leva a interpretação de que ao longo do tempo as atividades de recuperação de crédito não foram efetivas gerando um grande número de clientes inadimplentes neste período.

O quadro a seguir apresenta o percentual de empresas que, por setor econômico, tipo de operação e tempo inadimplente compõe o montante de inadimplência nos bancos A e B, para cada região gaúcha na empresa de cobrança terceirizada.

Como já observado na região metropolitana, na região central o setor econômico com maior concentração de inadimplência também é o comércio, com 68,22% no Banco A e 63,29% no Banco B. Em ambas as instituições

as maiores concentrações subsequentes são observadas na indústria de transformação e no setor de alojamento e alimentação. Na região central as operações de capital de giro lideram a posição de inadimplência seguido pelos financiamentos que também apresentam relevante concentração nesta região. Quanto ao tempo inadimplente, ambos os bancos apresentam mais de 10% da concentração da inadimplência no período de até sessenta dias de atraso, percentual este que diminui significativamente para o período subsequente no Banco A (6,54%) e mantêm-se para o Banco B. Pode-se ainda observar que o percentual de concentração da inadimplência em função do tempo para o Banco A tem características parecidas em relação a capital gaúcha e região metropolitana o que não se observa no Banco B onde as respectivas regiões diferem na caracterização do tempo inadimplente. Esta diferenciação possivelmente se justifique por políticas diferenciadas utilizadas pelo Banco B nas duas regiões, uma vez que se pode afirmar que a análise de crédito seja mais efetiva pelas agências da capital e região metropolitana.

A região Sul também tem a maior concentração de inadimplência junto às empresas atuantes no comércio apresentando índices de 68,68% no Banco A e 77,97% no Banco B. Quanto ao tipo de operação as de capital de giro são as que apresentam graus mais significativos tanto em A (60,99%) quanto em B (81,02%). No Banco A pode-se também observar que 15,38% das operações são financiamentos sendo que no Banco B somente 7,56% referem-se a esta modalidade de operação. Quanto ao tempo inadimplente vislumbra-se no Banco A um cenário de maior concentração de pendências entre 180 e 360 dias de atraso, sendo que em B a situação inversa se apresenta ocorrendo maior concentração para períodos superiores a um ano, seguindo a tendência apresentada também nas demais regiões. Pode-se inferir que essa distribuição, em função do tempo, sofra interferências originadas pelas políticas de terceirização de cada uma das instituições bancárias ou ainda das estratégias de cobrança utilizadas que sugerem maior ou menor recuperação de valores.

A região norte possui, entre as atividades econômicas com maior concentração de inadimplência no Banco A, o setor de comércio (70,00%), indústria de transformação (16,32%), e ainda com pequena participação pode-se citar a construção civil, transportes e alimentação e hospedagem. Quanto ao tempo inadimplente a maior concentração de inadimplência ocorre entre 181 e 361 dias e o tipo de operação com maior ocorrência são as relacionadas com financiamento de capital de giro. No Banco B, encontra-se concordância em relação a A na participação da inadimplência nas atividades econômicas de comércio (62,45%), indústria (18,96%), seguidos pela construção civil, transportes e alojamento e alimentação. Entre os tipos de operação o capital de giro apresenta-se mais expressivamente na concentração da inadimplência seguido pelos débitos com limites de contas e cartões empresariais que chegaram a 23,07% de participação. Enquanto que, em relação ao tempo inadimplente, o Banco A possui expressiva concentração no período de até 60 dias de atraso e entre 181 a 360 dias. Em B

verifica-se grande concentração da inadimplência no período superior a 360 dias (73,61%).

Já na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, o Banco A apresenta como atividades econômicas com maior grau inadimplente, o comércio (50,57%), indústria de transformação (17,24%) e transporte (16,67%). No Banco B repete-se a concentração da inadimplência no comércio (62,67%) e indústria (15,21%), mas o setor de alojamento e alimentação demonstrou expressiva participação com 9,22%. Quanto ao tempo inadimplente nota-se que em A é quase nula a inadimplência encontrada entre 61 e 180 dias o que deverá ter reflexos nos períodos futuros de inadimplimento para este banco nesta região. Também em B o percentual inadimplente no período de até sessenta dias é relativamente baixo (1,38%) o que também refletirá futuramente no inadimplimento do banco nesta região. Quanto ao tipo de operação verifica-se que a região noroeste tem expressivo grau de inadimplência em operações de financiamento totalizando 18,97% para o Banco A e 10,59% para o Banco B. Muito embora, as operações de capital de giro estejam à frente com maior grau de inadimplência a exemplo do que ocorre em todas as demais regiões.

A Serra Gaúcha tem demonstrado elevado grau de inadimplência nas atividades econômicas do comércio, indústria, construção civil e alojamento e alimentação em ambos os bancos. Quanto ao tipo de operação preponderam as operações de capital de giro que para o banco A apresentam quase 75% de participação e no Banco B 63,25% do total inadimplente. Ainda, no Banco A se tem maior grau de inadimplência entre 181 e 360 dias sendo que no Banco B a maior concentração está em períodos superiores a um ano.

A região do Vale dos Sinos, com sua expressiva indústria calçadista apresenta participação do grau de inadimplência deste setor na ordem de 36,33% para o Banco A e 26,03% para o Banco B. Cabe ressaltar que é a região com maior participação da inadimplência no setor de indústrias de transformação. Como já observado anteriormente o setor do comércio lidera os índices de inadimplência acompanhado pelas operações de capital de giro que percentualmente representam 71,70% das operações pendentes no Banco A e 61,42% no Banco B. Quanto ao tipo de operação as classificadas como outras modalidades de crédito, que englobam limites e tarifas bancárias e cartões de crédito empresariais, são expressivas tanto em A (16,40%) como em B (24,41%). Em relação ao tempo inadimplente no Banco A as operações até 180 dias vencidas correspondem a pouco mais de 8% do total inadimplente o que pressupõe que ao longo do tempo haverá diminuição dos níveis de inadimplência. Já no Banco B as operações pendentes com até 360 dias de atraso correspondem a menos de 30% da inadimplência o que também revela diminuição da inadimplência ao longo do tempo por possuir grande concentração de dívidas antigas.

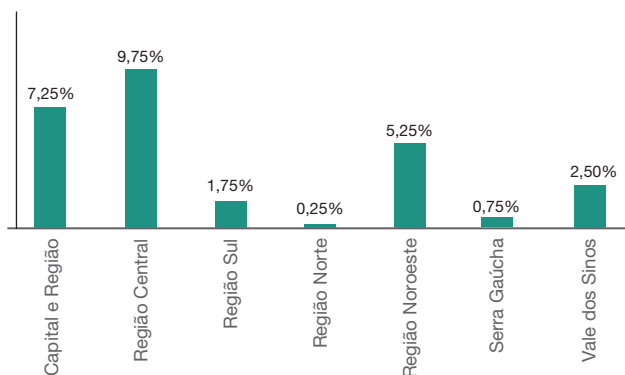
4.2 Recuperação de Valores Inadimplentes

A recuperação de ativos, no contexto de terceirização de dívidas bancárias e prestação de serviços de cobranças extrajudiciais, envolve inúmeros fatores que determinam maior ou menor grau de sucesso no

desempenho da atividade. O serviço terceirizado é subordinado a políticas, procedimentos e metas estabelecidos pela instituição contratante. Estratégias internas também são definidas construindo prioridades na execução das tarefas. Além disso, encontram-se fatores externos que influenciam na efetiva recuperação dos valores pendentes. As pressões internas das empresas inadimplentes, como dificuldades financeiras, falências e concordatas, bem como influências da concorrência, ou do mercado em recessão para uma atividade econômica específica podem tardar ou mesmo impossibilitar a cobrança.

Analisando-se o período em questão tem-se como resultados obtidos pela assessoria de cobrança, foco do estudo, uma distribuição percentual da recuperação de ativos apresentada pelos gráficos a seguir. O Gráfico 3 demonstra a recuperação atingida para o Banco A. Percebe-se que a região com maior resposta as atividades de cobrança é a região central do estado com 9,75% do total inadimplente, seguido pela capital e região metropolitana com 7,25% e região noroeste com 5,25% de sucesso. Os índices menos satisfatórios estão localizados nas regiões norte e serrana onde menos de 1% do total em atraso foi recuperado.

Gráfico 3: Percentual Recuperado por Região Banco A



Fonte: Dados da pesquisa.

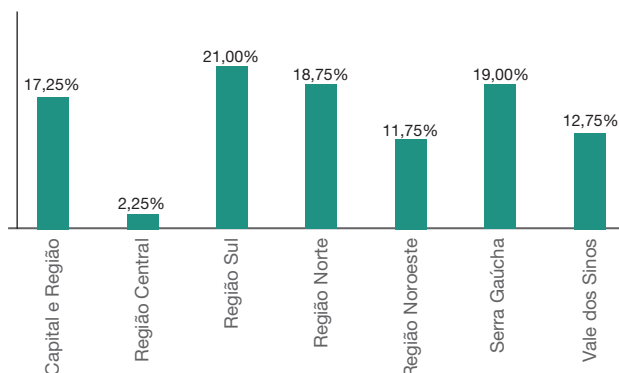
Quadro 3: Recuperação Percentual por Região em Função do Tempo Inadimplente

Período de Atraso em Dias	Banco A				Banco B			
	>= 60	>61<180	>181<360	>360	>= 60	>61<180	>181<360	>360
Capital e Região Metropolitana	9%	15%	1%	4%	20%	38%	9%	2%
Região Central	8%	27%	1%	3%	0%	0%	4%	5%
Região Sul	0%	6%	1%	0%	50%	27%	6%	1%
Região Norte	0%	0%	1%	0%	30%	11%	28%	6%
Região Noroeste	12%	0%	7%	2%	0%	34%	12%	1%
Serra Gaúcha	0%	0%	0%	3%	17%	25%	34%	0%
Vale dos Sinos	0%	7%	3%	0%	25%	9%	12%	5%

Fonte: Dados da pesquisa.

Já para o Banco B a recuperação, conforme demonstrado no Gráfico 4, foi mais expressiva nas regiões sul (21,00%), serra gaúcha (19,00%) e região norte (18,75%). A região com menor recuperação foi a região central (2,25%). Em um contexto geral pode-se concluir que somente 3,93% do total inadimplente no Banco A foi recuperado, enquanto para o Banco B 14,68% dos valores em débitos foram resgatados.

Gráfico 4: Percentual Recuperado por Região Banco B



Fonte: Dados da pesquisa.

Por conseguinte, o quadro abaixo demonstra o percentual recuperado em função do tempo em atraso em cada região. Nota-se que para o Banco A, a faixa de tempo em que ocorreu maior recuperação do total inadimplente no período foi entre 61 e 180 dias com expressiva concentração nas regiões central e metropolitana. No Banco B os maiores percentuais de recuperação podem ser observados no período inferior a sessenta dias de atraso aonde regiões como o sul rio-grandense chegaram a índices de 50% de recuperação.

Enfim, discutir a recuperação de créditos obtida envolve inúmeras variáveis a serem consideradas. O êxito na negociação com o cliente inadimplente depende entre outros fatores das políticas de crédito e cobrança das instituições financiadoras e da profissionalização do agente intermediário de cobrança. Muito além de uma atividade mecânica, o processo de cobrança envolve conhecimentos, habilidades e atitudes que permitem ao cobrador identificar o comportamento do cliente em um contexto socioeconômico que o aproxima da realidade da empresa inadimplente contribuindo para um desfecho positivo para ambos.

4.3 Discussão dos resultados da Pesquisa

Conforme pode ser observado, em todas as regiões analisadas certas tendências de inadimplência foram se repetindo. Quanto ao setor econômico a maior concentração da inadimplência está em empresas que executam atividades de comércio e indústria, bem como as operações de capital de giro foram as que apresentaram maior participação na inadimplência. Pendências no prazo de até 180 dias são menos expressivas sendo que prevalecem dívidas com mais de 6 meses de atraso.

Ao se tratar de fatores relacionados às possíveis causas da inadimplência pode-se relacionar algumas hipóteses:

- a) Análise de crédito deficiente exercida pelas instituições bancárias;
- b) Elevação das taxas de juros e inflação;
- c) Índices de desemprego e elevação descontrolada do comprometimento da renda com empréstimos e financiamentos;
- d) Políticas de relações externas e balança comercial.

Para relacionar esses fatores com o grau de inadimplência no período de estudo seria necessária uma análise mais aprofundada do comportamento de cada um destes com as peculiaridades de cada atividade econômica, realidade regional e posicionamento interno das empresas com déficits para compreensão do que motivou o inadimplemento. Sendo assim, abre-se a possibilidade de novas pesquisas que testem a comprovação destes fatores de influência.

Como salientado por diversos autores (JESUS et al., 2011; SANTOS, 2008) a análise para a concessão de crédito precisa ser criteriosa para minimizar o risco de inadimplemento. Por outro lado, o risco de inadimplemento é característica normal desse tipo de transação (MUIAMBO, 2011), principalmente devido a assimetria de informação nas transações contratuais (WILLIAMSON, 1985). O que as instituições financeiras precisam é de uma política de crédito e cobrança efetiva (BIASOLI, 2013), incluindo desde a análise de concessão do crédito até a terceirização dos serviços de cobrança, o que leva a recuperação de dívidas.

Em contrapartida, constata-se que essas empresas, por alguma razão, entraram em dificuldades financeiras (FABRI e MENECHINI, 2010) ou já estariam antes da realização da dívida, porém, sem ter havido a constatação quando da concessão do crédito. Salienta-se que a situação de restrição financeira fere as teorias *pecking order*

e *trade off* (MYERS, 1984; MYERS e MAJLUF, 1984). *Pecking order* porque esta teoria recomenda, dentre outras coisas, cautela nos investimentos, começando por usar os recursos gerados internamente e só seguir para os externos, quando houver garantias de sucesso a ponto de sustentar os pagamentos do principal mais os juros. Em relação a teoria de *trade off*, empresa inadimplente tende a estar gerando mais pagamento de juros do que os benefícios fiscais possíveis advindos desses pagamentos, o que leva, além da inadimplência, a prejuízos crescentes. Essa constatação está em sintonia com a manutenção do inadimplemento de muitas empresas observadas nos resultados apresentados acima.

5. Considerações Finais

Este artigo teve foco na inadimplência de crédito empresarial propondo-se a analisar suas características em um determinado período de tempo no estado do Rio Grande do Sul. Deste modo, puderam-se observar inúmeras variações e desenvolver hipóteses que possam estar relacionadas à inadimplência no período.

Conforme demonstrado através da análise de resultados em todo o estado gaúcho a atividade econômica que apresentou maior inadimplência no período foi o setor de comércio e indústria de transformação. Como se sabe os efeitos positivos e negativos em um destes setores acaba se refletindo no outro em uma relação de interdependência entre eles. Também pôde ser observado que a maior concentração da inadimplência ocorreu em período maior a 181 dias de atraso, porém com comportamento diferenciado entre os bancos A e B. Logo, pode-se supor que a inadimplência está diretamente relacionada com dificuldades financeiras sofridas pelas empresas uma vez que as características apresentadas por um pagador lento teriam possibilitado que a recuperação fosse alcançada em espaço de tempo menor não gerando grandes montantes após o período de 180 dias.

Considerando o tipo de operação pendente observou-se que as operações de capital de giro destinadas a suprir necessidades de liquidez das empresas foram as que mais se destacaram com grandes percentuais de participação na inadimplência. Quanto à recuperação verificou-se que os maiores percentuais foram no período de até 180 dias para ambos os bancos o que pressupõe mais facilidade em recuperar valores de pendência mais recente. Isto porque, ao longo do tempo os juros inerentes aos atrasos tendem a tornar as operações mais onerosas dificultando sua liquidação.

Verificou-se ainda que as políticas de cobrança podem ser diferenciadas entre os bancos A e B, uma vez que os percentuais de inadimplência diferem entre bancos para setores e prazos. Enquanto em A pôde-se observar um alto grau de inadimplência entre 181 e 360 dias para todas as regiões o percentual de concentração diminuiu significativamente para períodos superiores a 360 dias o que pressupõe facilidades negociais repassadas ao cliente ou ainda efeitos da retomada imediata das operações pendentes não recuperadas até este momento em cobrança extrajudicial. Já no Banco B vislumbrou-se uma situação contrária visto que a tendência apresentada

para todas as regiões de sua atuação apresenta grande concentração da inadimplência para períodos maiores a 360 dias de atraso, sendo que esta característica pode tanto originar-se das políticas de recuperação de crédito adotadas pelo banco como também refletir a concentração de pendências antigas não recuperadas ao longo dos anos.

Deste modo, os objetivos estabelecidos para o presente estudo foram satisfeitos ao longo da narrativa. A inadimplência empresarial foi analisada no estado do Rio Grande do Sul observando-se o banco de dados da assessoria de cobrança terceirizada, em relação aos bancos A e B. Classificou-se, para tanto, a inadimplência quanto a região geográfica de atuação da empresa inadimplente, atividade econômica, tipo de operação em débito e tempo inadimplente consoante a análise comparativa entre a população dos dois bancos e levantamento de possíveis fatores de interferência nos índices apresentados.

Vários pontos interessantes podem ser propostos para pesquisas futuras sobre o tema. Entre eles, propõe-se um estudo interno nas assessorias de cobrança terceirizada que possa demonstrar melhorias nos métodos de execução da cobrança, contribuindo para maior êxito de suas atividades. Outro tópico que constitui possível objeto de pesquisa refere-se ao teste da influência micro e

macroeconômica que possa estar relacionada aos índices de inadimplência. Como observado a presente pesquisa visou somente à identificação de possíveis fatores que pudessem se relacionar com a inadimplência. Tem-se ainda a possibilidade de comparar períodos de tempo entre si visando verificar as evoluções da inadimplência bem como sua relação com o ambiente.

As contribuições dessa pesquisa ficam por conta de salientar a importância da análise aprofundada na concessão de crédito, devido a assimetria de informação existente entre o tomador e o prestador. Também evidencia que existe a necessidade de mecanismos de controle para minimizar os conflitos de interesse entre o tomador e o prestador de recursos, que podem ser cláusulas contratuais restritivas às empresas. Ainda, contribui para a percepção de que muitas empresas não consideram as teorias de *pecking order* e *trade off* quando gerenciam a sua estrutura de capital.

Enfim, o estudo da inadimplência é um tema de grande interesse de vários públicos. Presente em todos os setores econômicos e refletindo tanto sobre o desempenho de empresas como sobre as finanças de pessoas físicas. Esse tema estará sempre, em maior ou menor escala, presente em todas as instituições que oferecem financiamentos independentemente da qualidade da análise e concessão de crédito.

Referências Bibliográficas

ANNIBAL, Clodoaldo Aparecido. Inadimplência do setor bancário brasileiro: uma avaliação de suas medidas. **Trabalhos para discussão**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

BANCO CENTRAL (BRASIL). Resolução n.º 2682, de 21 de dezembro de 1999. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res2682v2P.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70, 1977.

BIASOLI, Patrícia Klaser. Avaliando a concessão de crédito. **Revista Tecnologia de Crédito**, São Paulo, n. 83, pp. 43-52, 2013.

BLATT, Adriano. **Cobrança por Telefone e Negociação com Inadimplentes**. São Paulo: Nobel, 1999.

CAMARGOS, Marcos Antônio de, et al. Fatores condicionantes de inadimplência em processos de concessão de crédito a micro e pequenas empresas do estado de Minas Gerais. **RAC – Curitiba**. v. 14, n. 2, pp. 333-352, 2010.

CAPELLETTI, Lucio Rodrigues; CORRAR, Luiz João. Índice de risco sistêmico para o setor bancário. **Revista de Contabilidade e Finanças**, v. 19, n. 47, pp. 6-18, 2008.

CIA, Jolsimar C. Taxa de Inadimplência Corporativa: uma proposta de um índice inadimplência para o mercado de Crédito Corporativo Brasileiro baseado na metodologia da Moody's. **Revista Universo Contábil**, São Paulo, n. 3, pp. 45-63, 2010.

FABBRI, Daniela. MENECHINI, Anna Maria. Trade credit, collateral liquidation, and borrowing constraints. **Journal of Financial Economics**, pp. 413-432, 2010.

FAULKENDER, Michael; PETERSEN, Mitchell A. Does the source of capital affect Capital structure? **The Review of Financial Studies**, pp. 45-79, 2006.

FONSECA, Reinaldo Aparecida, et al. Custo de Transação: impacto da inadimplência no setor comercial. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v. 4, n. 2, p. 39-60, 2013.

HERLING, Luiz Henrique, et al. A Inadimplência nas Instituições de Ensino Superior: um estudo de caso na instituição XZX. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 2, pp. 126-142, 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JENSEN, Michael C. MECKLING, William H. Theory of the firm: managerial behavior agency cost and ownership structure. **The journal of Financial Economics**, p. 305-360, 1976.

JESUS, Vanessa Martins de, et al. Análise e concessão de crédito para pequenas e médias empresas. Estudo de caso: empresa do setor de pescados. *Revista Jovens Pesquisadores*. 2011. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/994>>. Acesso em: 7 jul. 2013.

JONES, Graciela Dias Coelho, et al. Análise do gerenciamento do processo de cobrança: uma proposta de fluxograma e leiaute para uma instituição de ensino. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, São Paulo, n. 3, p. 121-139, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/65/175>>. Acesso em 21 jul. 2013.

KRAUS, Alan; Robert H. LITZENBERGER. A state-preference model of optimal financial leverage. *The Journal of Finance*, pp. 911-922, 1973.

LEMES JÚNIOR, Antonio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIN, Ana Paula Mussi Szabo. *Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MAIA, Andrea do Socorro Rosa Silva. *Inadimplência e recuperação de créditos*. 2007. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Escola de Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MALHOTRA, Naresh K. et al. *Introdução à pesquisa de marketing*. São Paulo: Person Education do Brasil, 2008.

MYERS, Stewart C. The capital structure puzzle. *The Journal of Finance*, pp. 575-592, 1984.

_____.; MAJLUF, Nicholas S. Corporate Financing and Investment Decisions when firms have information that investors do not have. *Journal of Finance Economics*, pp. 187-221, 1984.

MUIAMBO, Titos Albino Muchite. *Gestão de risco de créditos – caso do banco comercial e de investimentos S.A*. 2011. 61 f. Trabalhos de Conclusão de Curso (Faculdade de Economia) Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique, 2011.

OREIRO, José Luís da Costa et al. Determinantes macroeconômicos do spread bancário no Brasil: Teoria e evidência recente. *Economia Aplicada*, v.10, n. 4, pp. 609-634, 2006.

PEREIRA, José Silva. *Gestão e análise de risco de crédito*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PINTO, Nelson Guilherme Machado; CORONEL, Daniel Arruda. Abordagem do Endividamento, Superendividamento e Inadimplência nas Capitais Brasileiras (2010-2012). *Revista de Administração da UEG*, Aparecida de Goiânia, v. 4, n. 2, 2013.

PORTAL, Marcio T.; ZANI, João; SILVA, Carlos E. Fricções Financeiras e a Substituição Entre Fundos Internos e Externos em Companhias Brasileiras de Capital Aberto. *Revista Contabilidade e Finanças*, pp. 19-32, 2012.

SANTOS, José Odálio dos. *Análise de crédito*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Frederico Cássio Gonçalves da. *Inadimplência e operações de crédito: uma análise sobre o comportamento nas maiores instituições financeiras que atuam no Sistema Financeiro Nacional*. 2013. 33 f. Trabalho de Conclusão de curso, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, José Pereira da. *Gestão e análise de risco de crédito*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Suellem Alvarenga Rodrigues. *Inadimplência no Varejo de Vestuário: um estudo na cidade de Piumhi no centro oeste de Minas Gerais*. 2013. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Centro Universitário de Formiga, Minas Gerais, 2013.

SOUZA, Alceu et al. Análise da insolvência das empresas combinando variáveis macroeconômicas e informações contábil-financeiras. *Revista Tecnologia de Crédito*, São Paulo, n. 84, pp. 37-59, 2013.

STIGLITZ, J. E.; A. WEISS. Credit rationing in markets with imperfect information. *American Economic Review*, n. 3, pp. 393-410, 1981.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WILLIAMSON, Oliver E. *The Economic Institutions of Capitalism*. New York: The Free Press, 1985.

WURGLER, Jeffrey. Financial markets and the allocation of capital. *Journal of Financial Economics*, pp. 187-214, 2000.

YAMAMOTO, R. *Estudo dirigido de estatística descritiva*. São Paulo: Erica, 2009.